

Entre o rio e a notícia: quem fala no jornalismo ambiental sobre as comunidades ribeirinhas?¹

Wedson Castro²

Lylian Rodrigues³

Universidade Federal do Amapá

Resumo

O presente trabalho desenvolve uma pesquisa quantitativa com análise qualitativa sobre as fontes em reportagens jornalísticas do Portal G1 Amapá, da Rede Amazônica nas temáticas socioambientais, ressaltando o residente das áreas costeiras – comunidades ribeirinhas – como principais e relevantes vozes a serem escutadas nas temáticas do jornalismo ambiental, na região Amazônica. A partir do levantamento realizado, se busca compreender quais os aspectos dessas comunidades ganham visibilidade na cobertura jornalística, de que formas são representadas as fontes, quais vozes dessas fontes são priorizadas e como essas narrativas contribuem para uma consolidação de uma prática do jornalismo ambiental nos meios de comunicação. O estudo ainda quer refletir sobre o potencial do jornalismo em ampliar a visibilidade de projetos, ações e políticas públicas voltadas às populações que vivem às margens dos rios e legados da Amazônia, fortalecendo o debate sobre divulgação científica, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e cidadania na região.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Comunidades Ribeirinhas; Portal G1 Amapá,

Introdução

A região amazônica abriga uma complexa rede de comunidades ribeirinhas, onde vivem pescadores, extrativistas, pequenos agricultores, comunidades tradicionais cercadas por lagos e rios que serpenteiam a todos, sendo o único meio para o transporte das pequenas e médias embarcações, mas ao mesmo tempo se tornando o meio de isolamento dessas populações. No Amapá, algumas comunidades estão há muitas horas de viagem das cidades, onde as pessoas convivem diretamente com um distanciamento geográfico, que também implica sobre o desenvolvimento socioeconômico destes povos, dificulta a integração das próprias comunidades às políticas públicas de saúde e educação

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, do 26º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Jornalismo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: wedsoncastrojr@gmail.com

³ Doutora em Comunicação, pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável lylian@unifap.br

básica, fornecimento adequado de energia elétrica e comunicação, mais comuns nos centros urbanos.

A grade maioria das comunidades enfrenta sérios problemas com o não fornecimento de energia elétrica, implicando em dificuldades históricas e em muitos casos, famílias ainda usam lamparinas ou velas. A falta de acesso a saúde pública deixa famílias a mercer do enfrentamento de doenças como malária, dengue ou casos graves de picadas de animais peçonhentos, sem ter uma unidade de saúde próxima. O acesso a educação também implica em um esforço incauculável por crianças e jovens, obrigados a se deslocarem por horas até comunidades maiores, onde muitas vezes a educação se encerra ao ensino fundamental, e centenas de jovens se veem sem condições de continuar os estudos.

Na perspectiva mais contemporânea do desenvolvimento, Sachs (2004) aponta que o verdadeiro avanço conquistado por determinada sociedade não está relacionada ao crescimento econômico, mas sim a ampliação das capacidades humanas, ao atendimento das necessidades fundamentais e ao acesso equitativo das políticas públicas. O que soma com o pensamento de Futado (2000), ao afirmar que desenvolvimento não deve ser confundido com crescimento econômico, pois este pode ocorrer, sem que haja melhorias das condições de vida ou redução das desigualdades sociais.

No âmbito da comunicação na região amazônica, tratando do contexto socioeconômico das populações tradicionais que ocupam territórios às margens dos rios e lagos, a cobertura jornalística regional e ambiental desempenha um papel essencial para divulgação da realidade social ribeirinha em relação a temas ambientais fazendo-se conhecer o cotidiano das populações ribeirinhas e os direitos envolvidos no desenvolvimento social e humano dos povos da área costeira, promovendo inclusão social, perspectivas para as políticas públicas e, ao mesmo tempo, buscando uma nova conscientização e olhar da sociedade amapaense para estas comunidades.

As discussões dos direitos humanos têm ampliado a compreensão para uma maior noção do direito à comunicação. Em todo processo histórico da evolução dos direitos humanos, Bobbio (2002) revela que o acesso aos direitos chamados de segunda geração, como saúde e educação, é parte essencial para se ter a efetivação da tão esperada igualdade substantiva nas sociedades contemporâneas. Esses direitos se tornam a transição entre a garantia das liberdades individuais das pessoas, com resultado na construção de

condições mínimas de dignidade, ainda mais quando se trata de um contexto de uma comunidade ribeirinha em situações muitas vezes de total vulnerabilidade.

Pesquisa: corpus, fundamentos tóricos e método

Assim, esta breve pesquisa pretende mapear, na cobertura webjornalística das reportagens sobre as comunidades ribeirinhas, quem são as fontes e os temas relevantes dos critérios de notícias, veiculados nas reportagens do Portal G1 Amapá, catalogadas a partir de um recorte temporal entre 01 de julho de 2025 e 31 dezembro de 2025. A seleção total das reportagens neste período de 6 meses foi feita diariamente, tendo como objetivo de assegurar uma observação sistemática da produção jornalística no estado do Amapá, levando em consideração a delimitação da editoria de meio ambiente.

A escolha do portal G1 Amapá como fonte de pesquisa não ocorreu aleatoriamente. A relevância do Portal enquanto veículo de comunicação de ampla circulação, é evidente por alcançar milhares de pessoas em âmbito regional e também nacional, sendo parte de um dos maiores conglomerados midiáticos do país, que é a Rede Amazônica. O Portal foi escolhido por dar condições para o levantamento das reportagens publicadas e dispostas em um acervo na internet proporcionando condições de serem buscadas e catalogadas conforme interesse do estudo.

A abordagem metodológica mista articula procedimentos quantitativos e qualitativos para análise sobre as fontes das reportagens jornalísticas publicadas e os temas que apareceram - importante norteadores sobre a qualidade do jornalismo ambiental que é produzido no estado do Amapá, associando à nossa reflexão a análise de Bueno (2007) sobre a síndrome que envolve as fontes e o critério de noticiabilidade de construção sobre a consonância (Tranquina, 2020). Os temas nos indicam como o conteúdo das reportagens podem estar associados a velhas questões ambientais do desenvolvimento associado à economia ou de novas visões sobre o desenvolvimento socioambiental pautado nos direitos humanos das populações ribeirinhas.

A consonância é outro valor-notícia de construção. A lógica é a seguinte: quanto mais a notícia insere o acontecimento numa “narrativa” já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada. Isso quer dizer que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do receptor. Implica a inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de

‘estórias’ que os leitores já conhecem. Assim, as “novas” são “velhas”; o “novo” acontecimento é inserido numa “velha” «estória». (Traquina, p. 72, 2020)

Ao mesmo tempo, o critério de personalização (Traquina, 2020) gera uma reflexão sobre as fontes utilizadas pelas reportagens, que pode nos fazer dialogar com a análise sobre a caracterização das fontes (Bueno, 2007). Será possível enxergar o critério de proximidade com a narração do território ribeirinho, nas produções de reportagens do Portal G1? Ou estão apenas se utilizando as fontes oficiais e especialistas que possuíram uma razão em verdade e saber acima das comunidades?

Por personalizar, entendemos valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa. Bensman e Lilienfeld escrevem que a personalização da notícia permite ao jornalista comunicar a um nível em que um vasto público composto por não profissionais é capaz de entender. Inúmeros estudos sobre o discurso jornalístico apontam para a importância da personalização como estratégia para agarrar o leitor porque as pessoas se interessam por outras pessoas (Traquina, p. 71, 2020)

O enquadramento sindrômico do Jornalismo Ambiental, proposto por Wilson Bueno (2007), em relação à caracterização das fontes, é mais um indicador de análise qualitativa para nossos resultados da quantificação sobre a natureza das fontes.

O Jornalismo Ambiental tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículo acadêmico, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornado cúmplices de corporações multinacionais que pregam o monopólio das sementes ou fazem a apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, cinicamente chamados de defensivos agrícolas (Bueno, p. 37, 2007)

Estes indicadores qualitativos de análise serão associados aos resultados quantitativos para nossas conclusões. Em perspectiva quantitativa, Gil (1999) caracteriza pelo emprego da quantificação, seja por meio da coleta de informações, ou com o tratamento dos dados através de técnicas estatísticas, permitindo identificar padrões, frequências e tendências no objeto analisado. No campo jornalístico, os elementos

quantitativos não se limitam a uma simples contagem numérica das publicações no portal estudado, mas sim possibilitando levar a compreensão de diversos aspectos relacionados a uma dinâmica da cobertura jornalística.

Logo, a depender da quantidade de reportagens publicadas diariamente com os temas pesquisados; meio ambiente, questões climáticas e impactos ambientais, desenvolvimento regional e sustentável, comunicados ribeirinhas, tudo isso com a somatória diária, semanal, mensal e semestral vai refletir diretamente no resultado final da pesquisa, demonstrando até que ponto o site analisado proporciona um espaço necessário às temáticas, em detrimento de outros temas factuais ou institucionais, por exemplo – e como estes os abordam a partir do critério de seleção na personalização e na consonância.

Conforme destaca Gil (1999), a análise quantitativa envolve etapas importantes; de tabulação, onde se faz a ordenação e sistematização dos registros levantados, seguida da contagem dos dados catalogados e aplicação de meios estatísticos voltados a identificação de levantamento de recorrências, médias, ou medianas, além de tendências nas publicações. Em consonância com essa definição, a primeira etapa da pesquisa consiste no levantamento e catalogação e organização das reportagens buscando identificar as temática, padrões de cobertura.

Desta forma, a frequência das publicações se torna um importante indicador analítico, já que permite compreender um grau de continuidade ou descontinuidade das pautas dentro do fluxo jornalístico do portal. A recorrência reduzida das determinadas temáticas nos leva a evidenciar uma baixa centralidade na agenda midiática, apresentando uma cobertura predominantemente pontual, episódica e dependente de acontecimentos específicos, algo criticado por Bueno (2007), quanto debate as limitações do jornalismo ambiental brasileiro. A fragmentação impede a compreensão inter e multidisciplinar do tema ambiental, simplificando o complexo, e, assim, esvaziando o debate político, econômico, de saúde, educação, por meio da fragmentação em editorias; ou ainda, por meio da espetacularização do episódio único. “O Jornalismo Ambiental se ressentir desta perspectiva acrítica de veículos e jornalistas, que contempla as questões ambientais a partir de fatos isolados” (Bueno, p. 38, 2007)

A etapa quantitativa envolveu a identificação das matérias publicadas no período delimitado; o registro quantitativo (volume) das ocorrências que tratam especificamente

de temas; a organização das matérias em banco de dados; a contagem da frequência de publicações pertinentes ao tema; e o cálculo da média mensal das reportagens que abordam exclusivamente o tema da pesquisa. Essa dimensão quantitativa permitirá estabelecer um grau de presença do tema na agenda jornalística regional, oferecendo um panorama inicial sobre a visibilidade da pauta que debate as comunidades ribeirinhas e às possíveis questões ambientais enfrentadas pelos pescadores, extrativistas, moradores dessas áreas. Por fim, identificação das fontes nas reportagens.

A relevância social deste estudo reside na necessidade de compreender como a mídia pode contribuir para dar maior visibilidade aos desafios enfrentados pelos povos ribeirinhos, que frequentemente submetidos à violação de direitos violados por grandes empreendimentos que degradam o meio ambiente e comprometem suas formas de subsistência.

Krenak (2019) faz crítica ao fato de muitas vezes o jornalismo ocidental mercantilista, como o autor cita, adotar formulações para tratar do meio ambiente simplesmente como um recurso ou cenário, deixando de lado a visão dos ribeirinhos, por exemplo, que fundamentalmente não separam a vida deles, da relação com o rio, ou da floresta e dos animais, onde tudo é interligado se tornando um só. Esse distanciamento entre vida, rio e floresta, pode também compreendido por meio do pensamento de Thompson (1995), ao destacar que a produção jornalística se insere em uma lógica industrial.

Fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (Krenak, 2019, p. 16)

A dissociação da natureza e da cultura leva compreensões limitadas sobre modos de vida que se estruturam na relação integrada com o território. Diante disso, torna-se fundamental se analisar como as vozes dos moradores de comunidades ribeirinhas são realmente inseridas nas narrativas jornalísticas, fazendo uma observação não somente da presença desses personagens, mas se aprofundando os modos como são enunciados.

Ribeiro (2019) reforça, por exemplo, que muitas vezes a pauta ambiental é deixada de lado, em detrimento de notícias factuais e cotidianas. E sem levar em consideração que as questões ambientais nessas comunidades, estão diretamente ligadas ao contexto histórico e social. Krenak (2019) reforça este pensamento, quando potencializa que o jornalismo ambiental tem um papel social importante para formação de cidadãos críticos, pessoas que possam entender a Amazônia. Caso contrário, acaba produzindo conteúdo para simples consumidores de notícias, leitores ou expectadores interessados simplesmente em uma natureza esteticamente bonita, mas segundo o autor, vazia no âmbito político e social.

Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adulada do que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. (Krenak, 2019, p. 24)

Nesse sentido, em que a comunicação se insere em dinâmicas políticas e sociais mais amplas, se torna necessário compreender o papel do jornalismo para além de uma prática neutra. De acordo com o que discute Bueno (2007), o jornalismo ambiental demanda uma abordagem mais crítica e contextualizada, comprometida com o interesse público e com a complexidade das questões socioambientais.

Resultados

Inicialmente, buscamos identificar o volume total das reportagens publicadas considerando todas as editorias, uma forma de compreender a dinâmica geral da produção jornalística e o percentual que os temas socioambientais ocupam na rotina da redação do Portal G1. Após esse levantamento dia após dia, chegamos ao total de 981 reportagens no período de 6 meses, demonstrando um fluxo contínuo e significativo de publicações. A utilização do gráfico configura um instrumento analítico, ao permitir uma visualização e análise quantitativa, dando base à interpretação crítica da cobertura jornalística, conforme destaca Gil (1999), como fases essenciais do processo da pesquisa.

No período analisado, foram publicadas apenas 79 reportagens, ou seja, aproximadamente 8% do total, com temas relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento regional e sustentável, questões climáticas, danos ambientais e comunidades ribeirinhas. Este dado inicial já evidencia uma baixa incidência de pautas relacionadas ao jornalismo ambiental, especialmente se considerarmos um contexto totalmente amazônico deste veículo de comunicação. Espera-se que o jornalismo ambiental tivesse maior espaço nas editorias, para ter condições de abranger o máximo de informações no âmbito das florestas, dos rios e lagos, e da conservação do ecossistema regional e ainda de quem vive neste contexto. Em especial no Amapá, onde segundo Euler (2016), 72% do território é formado por áreas protegidas, áreas de preservação ambiental, territórios compostos por diversas comunidades tradicionais.

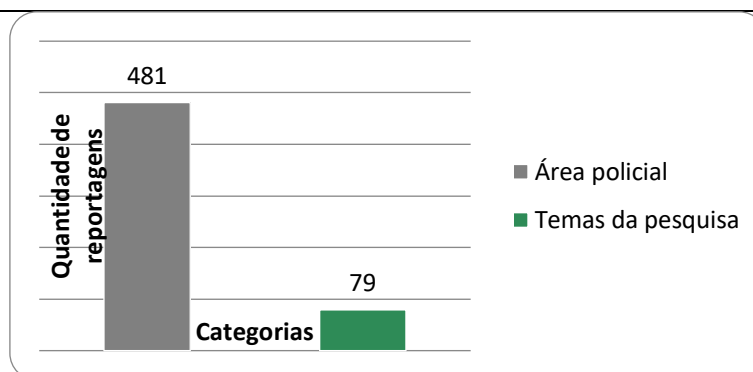
Levantamento quantitativo das reportagens e incidência de temas da pesquisa no portal G1 Amapá entre julho e dezembro de 2025

Mês	Total Reportagens	Temas da pesquisa	%
Jul	144	7	5%
Ago	143	20	14%
Set	147	7	5%
Out	201	16	8%
Nov	185	22	12%
Dez	161	7	4%
TOTAL	981	79	8%

Elaborado pelo próprio autor, 2026

A título de comparação, das 981 reportagens levantadas entre julho e dezembro de 2025, cerca de 481 reportagens foram ligadas a temas da área policial, o que corresponde em média a 49% do total. Essas reportagens levaram em consideração palavras relacionadas a área policial, como crime, prisão, tráfico, homicídio, operação, facção, investigação e apreensão. Os dados sugerem uma forte centralidade de assuntos factuais, emergenciais e relacionados diretamente a violência urbana, na agenda do portal G1 Amapá, evidenciando padrões de noticiabilidade, segundo Traquina (2012), com temas associados diretamente ao conflito, impacto, dramatização e negatividade.

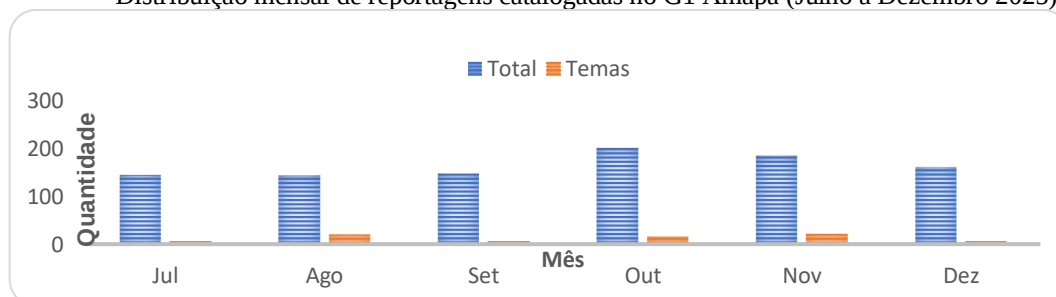
Comparação entre reportagens policiais e temas da pesquisa



Elaborado pelo autor (2026)

Ao destacar a distribuição mensal das reportagens, passamos a evidenciar que o mês de agosto apresentou o maior índice de reportagens com os temas pesquisados, chegando a 20 reportagens, 14% do total das publicações do período, e novembro com 22 reportagens, 12% do total do mês referido. Por outro lado, os meses de julho e setembro tiveram os menores registros, apenas 5% de incidência, enquanto dezembro obteve o menor percentual de publicações com o tema pesquisado, 4%, demonstrando uma presença ainda menor dessas pautas ao final do período analisado.

Distribuição mensal de reportagens catalogadas no G1 Amapá (Julho à Dezembro 2025)



Elaborado pelo próprio autor, 2026

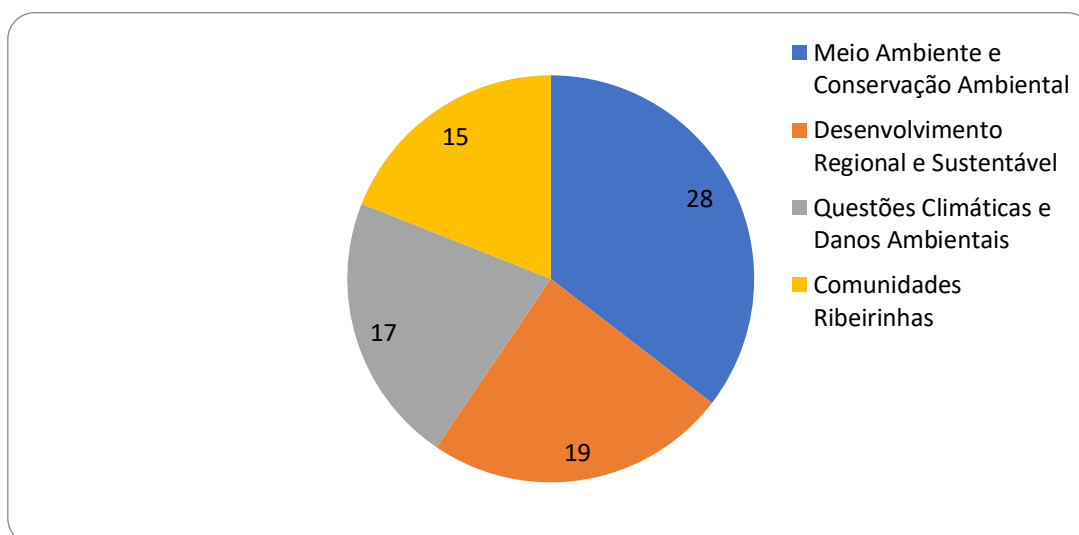
Em termos absolutos, mesmo outubro de 2025 tendo alcançado o maior índice de reportagens, com total de 201, a proporção de matérias relacionadas aos temas pesquisados se manteve relativamente baixa, com apenas 8%. Dado que reforça a ideia de que o aumento no volume geral de reportagens publicadas não significa necessariamente uma maior atenção às questões ambientais, de desenvolvimento regional e sustentável, às questões climáticas ou das comunidades ribeirinhas.

Ao catalogar, dentro do montante de 79 reportagens selecionadas com os temas: meio ambiente, desenvolvimento regional e sustentável, questões climáticas e danos ambientais, e comunidades ribeirinhas, existe uma complexidade, já que uma mesma

reportagem pode tratar de vários temas ao mesmo tempo. Por exemplo, pode conter em uma única reportagem assuntos relacionados de maneira simultânea, comunidades ribeirinhas, junto com mudanças climáticas e desenvolvimento regional.

No entanto, para que ocorra uma base quantitativa exata no estudo realizado, usaremos a estratégia de levantar durante a leitura o tema mais predominante, para poder categorizar cada reportagem a apenas uma categoria. Desta forma a distribuição das 79 reportagens ficaram da seguinte maneira como tema principal: meio ambiente, com 28 reportagens, correspondendo a 35%, desenvolvimento regional e sustentável, 19 reportagens, 24%, questões climáticas e danos ambientais, com 17 reportagens, 21%, e com temas relacionados a comunidades ribeirinhas, 15 reportagens, 19% do total.

Distribuição Temática das 79 Reportagens



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Para fazer essa análise e distribuição dos dados em cada reportagem durante a leitura, realizamos os seguintes critérios. Ao se tratar do tema meio ambiente, verificamos as reportagens com um foco central em biodiversidade, fauna e flora, tratando de unidades de conservação, assuntos ligados a preservação ambiental, espécies ameaçadas, fiscalização e pesquisas na área ecológica, por exemplo. Desta forma, textos com direcionamento as mortes de peixe-boi, árvores gigantes, proteção de tartarugas e outras espécies amazônicas, pesquisas sobre microplásticos na região costeira, foram argumentos que contribuíram para equalizar o levantamento referente a este tema.

Para ser ter uma ideia, o mesmo contexto foi utilizado para o tema de áreas ribeirinhas, no entanto, seguindo critérios de matérias que trataram sobre o fornecimento de energia elétrica em comunidades isoladas, preservação de quelônios realizada por ribeirinhos, a dificuldade enfrentada por pescadores afetados pela seca em municípios do interior do Amapá, questões ligadas ao isolamento de moradores em comunidades no arquipélago do Bailique e acesso ao Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, matérias sobre o artesanato com resíduos de pescado em comunidades, e aquelas reportagens que citaram mais diretamente comunidades tradicionais.

Logo, de uma maneira mais direta, podemos argumentar que os resultados demonstram haver um interesse por uma cobertura jornalística significativa com os temas relacionados ao nosso estudo, onde o portal G1 Amapá privilegia temas ligados à biodiversidade, preservação ambiental e exploração sustentável dos recursos naturais, mas, por outro lado, as populações ribeirinhas aparecem em menor frequência como protagonistas das narrativas jornalísticas, embora sejam diretamente afetadas pelos fenômenos ambientais abordados, em todos os sentidos.

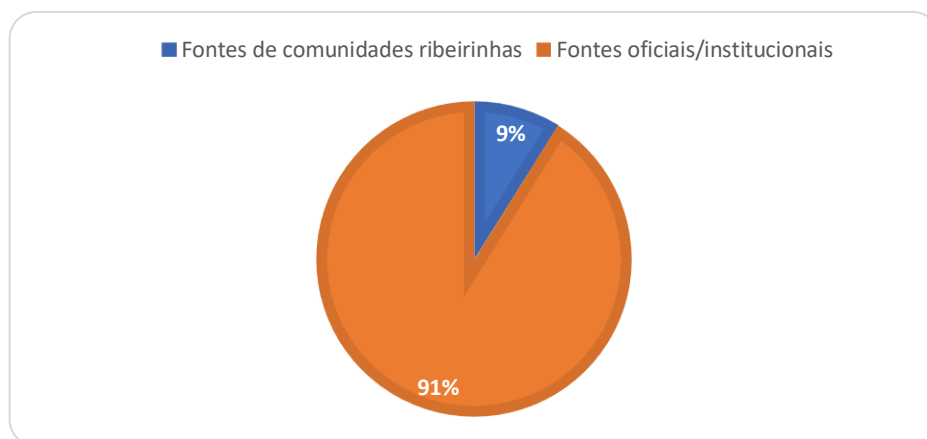
A análise das reportagens aponta haver certa superficialidade, pouca profundidade na presença dos temas ligados aos moradores de comunidades ribeirinhas, como extrativistas, pescadores, agricultores. Quando esses personagens aparecem, na grande maioria das vezes acabam não contextualizando a realidade da vida nas comunidades tradicionais, as suas relações com a natureza, os rios e lagos, e ainda os problemas enfrentados com a falta de políticas públicas, de acesso a saúde e educação de qualidade, fornecimento a energia elétrica, infraestrutura e outras demandas sociais.

As fontes mais evidentes, nas reportagens, foram institucionais ou oficiais, em detrimento da utilização de fontes de comunidades ribeirinhas. Também se levou em consideração, em que contexto as fontes ribeirinhas foram utilizadas nas reportagens, se elas tiveram realmente vozes principais ou coadjuvantes, se serviram para gerar informações ou se só tiveram participações para simplesmente compor as reportagens.

Comparativamente, das 79 reportagens catalogadas com temas da pesquisa, somente 7 tiveram efetivamente como fontes diretas moradores dessas comunidades as margens dos rios e lagos. Ou seja, 8,9% do total incluíram falas de moradores de áreas ribeirinhas ou de comunidades tradicionais, enquanto a ampla maioria, 91,1% das

matérias não ouviram os extrativistas, pescadores, agricultores, se apoiando exclusivamente nas fontes oficiais.

Distribuição de fontes das reportagens com temas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2026)

Logo, as fontes oficiais estão muito presentes na mídia, conquistando um alcance de suas ideias, perspectivas e projetos, até mesmo impondo suas ideologias e olhares sobre suas realidades, em detrimento da marginalização e invisibilização das fontes não institucionais, pessoas que vivem em comunidades ribeirinhas.

Orlandi (2007) aponta em análise do discurso como tal ausência dessas fontes não é neutra, mas constitui um processo de silenciamento discursivo, no qual, mesmo pessoas diretamente afetadas por questões ambientais e climáticas, e de desenvolvimento regional são sistematicamente excluídas do espaço de fala, mesmo sendo protagonistas do espaço das realidades mencionadas nas reportagens. Também podemos nos remeter a Foucault (1996) na sua aula sobre a ordem do discurso, explicitando sobre o que é dito e o que não é dito, como procedimentos de controle para funcionar um sistema de exclusão por meio do discurso que põe em jogo a relação do poder.

Mesmo quando a cobertura jornalística trata de temas que impactam diretamente a rotina e cotidiano dessas comunidades ribeirinhas, as vozes dos moradores não são legitimadas como fonte de conhecimento, sendo assim substituídas por discursos técnicos, ou institucionais. Esse mecanismo acaba reforçando uma hierarquização dos saberes e contribui para a invisibilização das experiências culturais, tradicionais e vivências locais. Sob a ótica metodológica de Gil (2008), a triangulação entre dados

quantitativos e análise qualitativa permite não somente identificar essa grande lacuna, mas interpreta-lá criticamente fortalece um olhar para compreensão do quanto o enquadramento jornalístico analisado, reproduz padrões estruturais de exclusão discursiva de pessoas das comunidades ribeirinhas, mesmo quando os temas se relacionam diretamente com demandas dos próprios sujeitos dessas áreas.

Ao fazer um recorte das reportagens catalogadas percebemos essa tendência, como nas reportagens com os títulos; “Calor deve ser mais intenso em julho no Amapá” (G1, 01 julho, 2025), o tema climático é abordado exclusivamente a partir de fontes oficiais, sem qualquer inserção de percepções de moradores locais ou de comunidades ribeirinhas. O mesmo padrão se repete em; “Justiça indefere pedido do MPF para barrar avaliação pré-operacional da Petrobras no Amapá”, (G1, 07 julho, 2025), na qual o debate ambiental é mediado por instituições como IBAMA, MPF, e centros de pesquisa, sem a presença de nenhuma fonte das próprias comunidades onde as questões acontecem.

Esse mecanismo de enquadramento só se intensifica em pautas diretamente relacionadas a exploração de recursos naturais e políticas públicas. Na reportagem com o título; “Autoridades do Amapá visitam navio-sonda que será usado em simulação na Bacia da Foz do Amazonas” (G1, 29 julho, 2025) e “Ibama e Petrobras marcam simulação na Foz do Amazonas” (G1, 13 julho, 2025), se observa que o discurso é estruturado a partir de agentes estatais, ou seja, fontes oficiais, corporativos, reforçando uma narrativa de desenvolvimento ancorado em decisões técnicas e políticas, sem nenhuma abertura significativa com as vozes dissidentes e comunitárias.

Mesmo em reportagens que tratem diretamente de impactos socioambientais, como; “Operação no Amapá flagra extração ilegal de ouro no Rio Vila Nova e destrói equipamentos”, (G1, 29 agosto, 2025), e “PF combate garimpo ilegal no Amapá”, (G1, 25 setembro, 2025), a construção da narrativa privilegia fontes institucionais, como Polícia Federal e IBAMA, enquanto as populações das comunidades ribeirinhas, geralmente mais afetadas pelos danos causados pelos garimpos ilegais, com a contaminação dos rios e lagos com uso de mercúrio, desmatamento ilegal nessas áreas, além do desbarrancamento de terras, entre outros danos, permanecem ausentes do discurso jornalístico.

No campo das políticas públicas e da sustentabilidade a lógica também se mantém a mesma. Em “Programa leva energia para comunidades isoladas do Amapá” (G1, 15 agosto, 2025), apesar de tratar diretamente de populações ribeirinhas, não há na

reportagem escuta de nenhum morador dessas comunidades, sendo o discurso monopolizado por agentes governamentais.

Mas, mesmo que em menor quantidade, reportagens como; “Tarifa dos EUA trava 11 toneladas de açaí no Amapá” (G1, 06 agosto, 2025), que traz relato de extrativistas do Bailique, evidenciam a dimensão econômica e social da política internacional sobre o cotidiano regional. O mesmo ocorre em: “Documento com demandas quilombolas será levado à COP30” (G1, 24 setembro, 2025), além da reportagem: “Despejo em área quilombola no Amapá gera revolta e deixa animais sem comida e água” (G1, 24 outubro, 2025), há a presença de sujeitos de comunidades tradicionais ou ribeirinhas tradicionalmente marginalizados, ainda que estejam compartilhando espaço com fontes institucionais.

Assim como nas reportagens analisadas dentro do corpus como “Pescadores lutam contra efeitos da seca em cidade do Amapá: pescando só para o consumo” (G1, 03 novembro, 2025) e “Ribeirinhos ficam isolados no Amapá após seca na foz do Rio Amazonas (G1, 19 dezembro, 2025), nas quais os impactos das mudanças climáticas são narrados também a partir da experiência vivenciada nas comunidades. Nesses casos existe um deslocamento parcial do eixo discursivo, permitindo dessa maneira a visibilidade necessária as vozes dos moradores de áreas ribeirinhas.

Deixar de ouvir todas as fontes ou mesmo todos os lados da história pode reduzir a compreensão da realidade, distorcer ou limitar o sentido da notícia. Traquina (2005) discute que o jornalismo deve seguir um processo de construção social, e que a seleção de fontes e vozes é fundamental para a produção de uma notícia. De certa maneira, deixar de ouvir os moradores de comunidades ribeirinhas em uma reportagem que muitas vezes eles são citados e afetados, influencia diretamente na falta de enquadramento e interpretação dos fatos. Quem atua no jornalismo, em especial na editoria ambiental, precisa levar em consideração que o processo de produção de uma reportagem leva em consideração a seleção e hierarquização das fontes, sendo essencial a inclusão de diferentes perspectivas para evitar uma cobertura ou construção parcial da realidade local.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

EULER, A. M. C. **Floresta Estadual do Amapá: uma unidade de conservação sob ameaça**. In: LOMBA, R. M.; RANGEL, K. de S.; SILVA, M. G. da; SILVA, G. G. da (Org.). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Macapá: Unifap, 2016. v. 2. p. 173-192.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

RIBEIRO, Malu. **Qual a atenção que o brasileiro dá para a pauta ambiental**. Entrevista concedida a Camilo Rocha. Nexo, 07 de jun, de 2019. Atualizado em 10/06/2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/07/Qual-aaten%C3%A7%C3%A3o-que-o-brasileiro-d%C3%A1-para-a-pauta-ambiental>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis, SC: Insular Livros. (Coleção Teorias do Jornalismo, v.2). 2020.